

VISÃO DA ORGANIZAÇÃO E AMBIENTE EXTERNO

CONTEXTO DO SETOR GRI G4-EC2

O período entre 2012 e 2015 foi marcado por incertezas e pelos desafios regulatórios no setor elétrico que, combinados com as condições adversas de hidrologia, trouxeram impactos financeiros e econômicos às principais empresas do setor. Além disso, as dificuldades econômicas enfrentadas pelo País, especialmente em função da alta dos juros, falta de crédito no mercado, queda no crescimento e alta da inflação, repercutiram significativamente no setor elétrico, gerando ainda mais instabilidade.

Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo de energia pelas indústrias caiu 8,4% em 2015. O consumo doméstico de energia nesse período caiu 2,2%, o que representou seu pior resultado em 12 anos. As causas para essa queda na demanda de energia são a queda na atividade econômica e a alta das tarifas em proporção muito superior à da inflação.

Além disso, a crise hidrológica iniciada no final de 2013 se manteve e trouxe dificuldades para as empresas geradoras de energia com base em fontes hídricas. De acordo com o Operador Nacional do Sistema (ONS), o nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas do Sudeste e Centro-Oeste esteve abaixo de 38% durante todo o ano, mas a situação mais crítica foi vivenciada no Nordeste, que encerrou 2015 com apenas 5% de água nos reservatórios e não ultrapassou os 28% durante todo o período. A região Norte também finalizou 2015 com baixos níveis de reservatórios e cerca de 15% da capacidade. A região Sul foi a única que apresentou uma situação confortável e fechou o ano com 98% da capacidade total de seus reservatórios.

Diante desse cenário, o Ministério de Minas e Energia e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) têm buscado formas de mitigar impactos negativos para o setor, com o objetivo de garantir que as obras estruturantes necessárias para o futuro do País sejam viabilizadas. A adoção da po-

lítica de realismo tarifário e o resultado positivo do quarto ciclo tarifário ajudaram a reequilibrar a situação financeira das empresas de energia.

A questão do déficit hidrológico na geração, conhecido no setor como GSF (*Generator Scaling Factor*) também foi discutida entre empresas e órgãos reguladores, resultando na publicação da lei nº 13.203⁴ em dezembro de 2015, que permitiu uma solução para que as empresas geradoras mitiguem seus impactos em caso de crises hídricas. A medida deve promover a retomada de investimentos, a diminuição da judicialização setorial, a desoneração dos consumidores e ainda promover a manutenção do equilíbrio econômico dos geradores de energia e de todo o setor.

A falta de linhas de transmissão para escoamento de energia de certas regiões do País também é outro fator que influencia os movimentos e investimentos do setor. Empresas e órgãos reguladores têm discutido esse tema com vista a viabilizar a expansão do sistema e das unidades geradoras nas diversas regiões do País.

Ainda assim, o potencial brasileiro para a geração a partir de fontes alternativas está pouco explorado, apesar de ser um dos maiores do mundo. Estima-se que o Brasil tenha aproximadamente 21,5 GW de potencial proveniente de fontes renováveis (Biomassa, Solar, PCH e Eólica) e poderá alcançar o potencial de aproximadamente 57 GW destas mesmas fontes renováveis, sendo a projeção de 5 GW para 24 GW em energia eólica, de 5 GW para 8 GW em Pequenas Centrais Hidrelétricas, de 11 GW para 18 GW em Usinas de Biomassa e de zero para 7 GW de potencial de geração de energia solar.

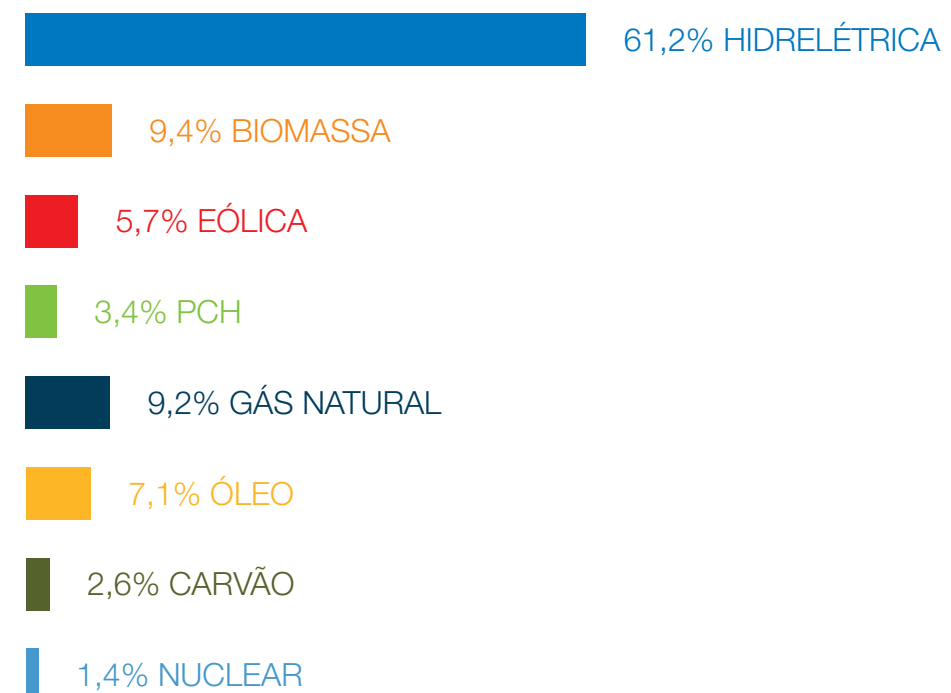
⁴ Mais informações sobre a lei podem ser encontradas no link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13203.htm.

Diante desse cenário, o governo brasileiro despertou para a necessidade de adotar uma política energética e industrial que estimule o desenvolvimento de uma cadeia produtiva de fontes renováveis alternativas e está investindo nesse sentido. Hoje, o Brasil já conta com sete fabricantes de aerogeradores, quatro de pás e 13 de torres de geração eólica instalados no País. Também já houve um crescimento de 218% na quantidade de projetos de geração solar distribuída entre o final de 2014 e janeiro de 2016, que passou de 322 para 1.025 usinas.

A diversificação da matriz elétrica tem sido verificada no Brasil, o que traz maior segurança ao sistema e reduz a dependência em um determinado recurso ou fonte de energia. Nesse contexto, as fontes renováveis têm ganhado participação e aumentado sua presença na matriz nacional.

O governo brasileiro espera um acréscimo de 74 GW de capacidade instalada em geração elétrica em 10 anos, chegando a 206 GW em 2024. Nesse período, as fontes renováveis devem subir de 15,8% para 27,2% na matriz brasileira. Além disso, o Brasil já se tornou o décimo maior gerador de energia eólica no mundo e deve continuar crescendo ainda mais.

MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA⁵



FOTOVOLTAICA: 25 MW DE CAPACIDADE INSTALADA

⁵ Fonte: Aneel – novembro 2015